



Habeas Corpus n.º 0331187-1 – VARA ÚNICA DA COMARCA DE ALTINHO-PE

Impetrante: Evaldo Manuel Reis de Oliveira
Paciente: Cosma Severina da Silva
Relator: Des. Roberto Ferreira Lins
Relator Convocado: Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto
Procurador de Gilson Roberto de Melo Barbosa
Justiça:
Órgão Julgador: Seção Criminal
Impetrante: Evaldo Manuel Reis de Oliveira
Paciente: Cosma Severina da Silva

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. INJÚRIA. DECADÊNCIA MANIFESTA. FORMALIZAÇÃO DE QUEIXA-CRIME APÓS O PRAZO DE 06 (SEIS) MESES DA CIÊNCIA DE QUEM FOI O AUTOR DO FATO. ARTIGO 38, CPP. TRANCAMENTO DO PROCEDIMENTO PENAL. *MANDAMUS* CONCEDIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. Analisando os autos, percebe-se a manifesta decadência do direito de queixa-crime, tendo em vista que esta apenas foi formulada mais de 01 (um) ano após a ciência de quem foi o autor do fato.

2. Artigo 38 do Código de Processo Penal.

3. Neste descortino, deve ser trancado o Termo Circunstanciado que atribui à paciente a prática do crime de injúria, dada a extinção da punibilidade com a verificação da decadência do direito de queixa.

4. *Mandamus* concedido. Decisão unânime.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos de *Habeas Corpus* n.º 0331187-1 – Vara Única da Comarca de Altinho-PE, em que são partes as acima indicadas. Acordam, unanimemente, os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão realizada no dia ____/____/____, em conceder a ordem, tudo de acordo com a ementa e os votos anexos, que fazem parte do julgado.

Recife, 03 / 06 / 14 .

Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto
Relator Convocado



Habeas Corpus n.º 0331187-1 – VARA ÚNICA DA COMARCA DE ALTINHO-PE

Impetrante: Evaldo Manuel Reis de Oliveira
Paciente: Cosma Severina da Silva
Relator: Des. Roberto Ferreira Lins
Relator Convocado: Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto
Procurador de Justiça: Gilson Roberto de Melo Barbosa
Órgão Julgador: Seção Criminal

RELATÓRIO

Cuida-se de *Habeas Corpus*, com pedido de liminar, impetrado por Evaldo Manuel Reis de Oliveira, através da preambular de fls. 02/13, em favor de Cosma Severina da Silva, apontando como autoridade coatora o Juiz da Vara Única da Comarca de Altinho-PE.

Aduz o impetrante que a suposta vítima, Walkiria Maria do Nascimento, noticiou o cometimento de crime de injúria pela paciente, em 20/12/2012, quando foi lavrado Termo Circunstanciado de Ocorrência.

Alega, por fim, a extinção da punibilidade da paciente, porquanto a ofendida não ofereceu queixa-crime dentro do prazo decadencial previsto em lei.

Requer, ao final, a concessão da ordem, para que seja determinado o trancamento da persecução penal e seu arquivamento.

Indeferido o pleito de liminar (fl. 42), a autoridade impetrada anexou aos autos os documentos de fls. 53/61.

A Procuradoria de Justiça em Matéria Criminal ofertou o parecer de fls. 65/67, opinando no sentido da concessão da ordem, considerando a decadência manifesta do direito de queixa da suposta vítima e a consequente extinção da punibilidade da paciente, operando-se o trancamento do Termo Circunstanciado que atribui a ela a prática do crime de injúria.

É o relatório.



Habeas Corpus n.º 0331187-1 – VARA ÚNICA DA COMARCA DE ALTINHO-PE

Impetrante: Evaldo Manuel Reis de Oliveira
Paciente: Cosma Severina da Silva
Relator: Des. Roberto Ferreira Lins
Relator Convocado: Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto
Procurador de Justiça: Gilson Roberto de Melo Barbosa
Órgão Julgador: Seção Criminal

VOTO

Senhores Desembargadores,
Sr. (a) Procurador (a) de Justiça.

Compulsando os autos, observo que afigura-se manifesta a extinção da punibilidade da paciente, em virtude da decadência do direito de queixa, senão vejamos:

A lavratura do Termo Circunstanciado de Ocorrência deu-se em 20/12/2012 (fls. 15/19).

O juiz *a quo* proferiu decisão indeferindo o pedido de reconhecimento da decadência e consequente extinção da punibilidade da paciente (fls. 32/35), utilizando-se do argumento de que o marco inicial da contagem do prazo decadencial para o exercício do direito de representação ou queixa deve iniciar-se da realização da audiência preliminar.

A audiência preliminar foi realizada em 11/03/2014, momento em que foi formulada queixa-crime pela ofendida, conforme Termo de Audiência Preliminar (fls. 36 e 36v.).

Percebe-se que a ofendida apenas formalizou a queixa-crime mais de 01 (um) ano após a ciência de quem era o autor do pretenso fato.

Trata-se o caso, portanto, de patente inexistência de justa causa para a deflagração de ação penal privada, porquanto o prazo decadencial de 06 (seis) meses, nos crimes contra a honra, conta-se do dia em que o ofendido vier a saber quem é o autor da ofensa.

Assim é disciplinada a matéria no Código Penal, em seu artigo 103, bem assim no Código de Processo Penal, consoante o teor do artigo 38, *in verbis*:

“Salvo disposição expressa em contrário, o ofendido decai do direito de queixa ou de representação se não o exerce dentro do prazo de 06 (seis) meses, contado do dia em que veio a saber quem é o autor do crime”



Habeas Corpus n.º 0331187-1 – VARA ÚNICA DA COMARCA DE ALTINHO-PE

Saliento que o oferecimento de representação junto à autoridade policial não tem o condão de suprir a falta da queixa ou de suspender ou interromper o prazo decadencial.

Assim entende a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

Ementa: RECURSO EM HABEAS CORPUS. INJÚRIA SIMPLES. LEI MARIA DA PENHA. AÇÃO PENAL PRIVADA. ILEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. TRANSCURSO DO PRAZO PARA OFERECIMENTO DE QUEIXA-CRIME. DECADÊNCIA. PARECER ACOLHIDO. 1. O Ministério Público estadual, mesmo em se tratando de suposto delito de injúria simples praticado no âmbito doméstico contra a mulher, é parte ilegítima para propor ação penal pública condicionada à representação, porquanto, no caso, é de exclusiva iniciativa privada, nos termos do art. 145, caput, do Código Penal. 2. A ausência do oferecimento de queixa-crime no prazo de 6 meses, contado a partir do conhecimento da autoria do fato, impõe o reconhecimento da decadência do direito de tal exercício, como na espécie. 3. Recurso provido para rejeitar a denúncia quanto ao crime de injúria. Ordem expedida de ofício, para, declarando a decadência do direito de apresentar queixa, extinguir a punibilidade do agente quanto ao delito em questão. (RHC 32953/AL; 2012/01005713 (STJ); Ministro Sebastião Júnior).

Neste descortino, deve ser trancado o procedimento penal ao qual está sendo submetida a paciente, em razão da notória consumação da decadência, por não ter sido a queixa-crime ofertada dentro do prazo legal.

Dispenso-me, assim, de outras considerações, para votar em consonância com o Parecer da Operosa Procuradoria de Justiça, no sentido da concessão deste *habeas corpus*, com o trancamento do Termo Circunstanciado que atribui à paciente a prática do crime de injúria, dada a extinção da punibilidade com a verificação da decadência do direito de queixa.

É como voto.

Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto
Relator Convocado